



Relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e o Direito: um estudo a partir das publicações da revista do IBICT

Iago Mendes Macedo

Direito, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

Bolsista de iniciação científica, Instituto de Ciência da Informação (ICI), Salvador, Bahia, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9903089324011061>

Gillian Leandro de Queiroga Lima

Arquivologia, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

Professor Adjunto, Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5842800916317000>

Submetido em: 29/03/2023. **Aprovado em:** 21/11/2023. **Publicado em:** 21/06/2024.



RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar temas, abordados na área da Ciência da Informação, que possuem correlação com a área do Direito. Caracteriza-se, quanto à sua abordagem, como pesquisa qualitativa e quantitativa. Quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como pesquisa de campo do tipo exploratória, com a utilização de procedimento exploratório-descritivo. Para a leitura e caracterização dos dados utiliza-se da Análise de Redes Sociais (ARS). Os resultados apontam que os trabalhos da área da Ciência da Informação que mantêm relação temática com a área do Direito, na amostra analisada neste artigo, abordam com maior frequência aspectos relacionados ao “Direito autoral”, à “Ética”, à “Internet”, à “Propriedade Intelectual” e ao “Acesso Aberto”. Por fim, evidencia-se uma potencialidade da Ciência da Informação, enquanto campo do conhecimento, em manter relações interdisciplinares com o Direito.

Palavras-chave: direito; ciência da informação; interdisciplinaridade; áreas do conhecimento; redes semânticas.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar temas abordados na área da Ciência da Informação que possuem correlação com a área do Direito, de modo a reconhecer as relações interdisciplinares entre essas duas áreas do conhecimento. Parte-se de uma perspectiva da interdisciplinaridade enquanto movimento, em curso, representativo de um modelo de saber antagônico ao processo de fragmentação do conhecimento, característica da proposta analítica da ciência contemporânea.

Para tanto, analisaram-se as palavras-chaves dos trabalhos publicados na revista Ciência da Informação, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Considera-se que estas representam pontos de referência a partir dos quais sintetizam-se os significados globais e os temas centrais de um texto, e, do ponto de vista metodológico, oferecem a possibilidade de construção de redes como forma de apresentação e representação dos resultados.

Tal proposta de pesquisa surgiu a partir da leitura do artigo Mutações na Ciência da Informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares (Pinheiro, 2018), o qual apresenta uma perspectiva epistemológica e interdisciplinar sobre a evolução e as transformações da configuração científica da Ciência da Informação, em que a primeira configuração epistêmica da área, publicada em 1995, foi intitulada Diagrama da Interdisciplinaridade da Ciência da Informação (Pinheiro; Lourenço, 1995); a segunda, de Núcleo básico de disciplinas, tendências e traços interdisciplinares, em 2007 (Pinheiro, 2007); e a terceira Ciência da Informação, subáreas e áreas interdisciplinares (Pinheiro, 2018), em 2018.

Adota-se uma abordagem metodológica da pesquisa qualitativa e quantitativa, caracterizando-se, quanto aos seus objetivos, como pesquisa de campo do tipo exploratória, com a utilização de procedimento exploratório-descritivo. Utilizam-se como técnicas de análise a estatística descritiva e a análise de redes sociais (ARS).

Este artigo, além da introdução, está estruturado em quatro sessões. Na segunda sessão são abordadas as relações entre a Ciência da Informação e o Direito, além do conceito de interdisciplinaridade. Na terceira sessão são apresentados os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta sessão, apresentam-se os resultados da pesquisa. E, por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências que deram suporte a este estudo.

A classificação da Ciência da Informação e do Direito segundo a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do CNPq

No presente estudo, a utilização dos termos “Ciência da Informação” e “Direito”, enquanto áreas do conhecimento, baseia-se na classificação proposta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e adotada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da Tabela de Áreas do

Conhecimento (TAC), como um dispositivo político de governamentalidade e a partir da qual as agências governamentais organizam e classificam, “[...] em níveis hierárquicos, as possíveis áreas de conhecimento no país para fins de gestão e avaliação” (Sales; Murguia, 2015, p. 31-32).

São quatro os níveis de classificação apresentados na TAC, o 1º nível, chamado de Grande Área, engloba oito áreas do conhecimento em razão da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais; o 2º nível, chamado de Área, reúne um conjunto de 76 áreas de conhecimento, de acordo com a natureza do objeto de investigação, “[...] com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas” (Sales; Murguia, 2015, p. 32). O 3º nível, chamado de Subárea, o qual compreende 340 subáreas e refere-se a uma “[...] segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos [...]” (Sales; Murguia, 2015, p. 32); e, por último, o 4º nível, denominado Especialidade, que pode ser enquadrado em diferentes níveis e é responsável pela “[...] caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino” (Ministério da Educação, 2020; Sales; Murguia, 2015, p. 32).

Em que pese não haver consenso dentro da comunidade científica quanto às divisões apresentadas na TAC refletirem a realidade das áreas do conhecimento da perspectiva da tradição, o que, para alguns, provoca interferências políticas nos campos científicos¹, considera-se esta, embora não perfeita, como uma relevante ferramenta de gestão, cuja construção representa um grande avanço no que diz respeito ao agenciamento e à promoção do conhecimento científico nacional.

Portanto, é na perspectiva do CNPq e da CAPES que, para fins do presente estudo, considera-se a Ciência da Informação e o Direito enquanto áreas do conhecimento, vinculadas à grande área Ciências Sociais Aplicadas, e constituídas por um conjunto de saberes inter-relacionados e sistematizados, os quais podem manter entre si algum tipo de relação interdisciplinar por meio do compartilhamento dos objetos de investigação, no sentido de uma convergência de perspectivas (Pombo, 2008, p. 14).

Um significado para a interdisciplinaridade

No que se refere ao estabelecimento de sentido do conceito de “interdisciplinaridade”, cuja definição é frequentemente abordada no âmbito de discussões epistemológicas, verifica-se que não há na literatura uma proposta única, ou nenhum critério superior que favoreça a adoção de um em detrimento de outros (Japiassu, 1976; Pombo, 2008).

De fato, o ponto principal de convergência entre aqueles que abordam a temática da interdisciplinaridade reside justamente na grande variedade de definições propostas por vários estudiosos, na frequente instabilidade dos contextos nos quais o termo é utilizado e na insuficiência de conceitos necessários para exprimir o que vem a ser denominado de “interdisciplinaridade” (Japiassu, 1976, p. 71-72; Pombo, 2008, p. 10).

1 Para um maior aprofundamento desta discussão: Sales e Murguia, 2015, p. 32-33.

Apresentaremos, a seguir, uma síntese das propostas de definição expressas por Japiassu (1976) e por Pombo (2008), embora, conforme já mencionado, não sejam as únicas disponíveis na literatura. A escolha se justifica pelo fato de considerar-se que as perspectivas apresentadas nos referidos textos sejam suficientes para alcançar as finalidades a que se propõe o presente estudo.

Japiassu (1976) parte, primeiramente, de uma tentativa de definição do radical “disciplinaridade”, que compõe o termo “interdisciplinaridade”. Segundo ele, “disciplina” possui a mesma acepção que “ciência”. A “disciplinaridade”, desse modo, corresponde ao “conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos do ensino, da formação, dos métodos e das matérias”².

Japiassu (1976, p. 73) propõe um afastamento dos termos “multidisciplinar” e “pluridisciplinar”, os quais, segundo ele, “realizam apenas um agrupamento, intencional ou não, [de] certos ‘módulos disciplinares’, sem relação entre as disciplinas (o primeiro) ou com algumas relações (o segundo)”, com o termo “interdisciplinaridade”, cuja particularidade principal reside em seu horizonte epistemológico, que “não pode ser outro senão o campo unitário do conhecimento”, de modo

[...] a religar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos (Japiassu, 1976, p. 75).

Em suma, nessa perspectiva, o princípio distintivo é sempre a intensidade de trocas entre especialistas e o grau de interação real das disciplinas no âmbito de projetos específicos de pesquisa.

Pombo (2008, p. 13), por outro lado, embora haja em sua perspectiva convergência ao pensamento de Japiassu (1976), considera que a tentativa de definição do radical comum, isto é, da palavra “disciplina”, torna o trabalho ainda mais difícil e complexo, vista a variedade de contextos em que a referida palavra é utilizada. Podendo ser empregada para se referir a um ramo do saber, a um componente curricular ou a um “[...] conjunto de normas ou leis que regulam uma determinada atividade ou o comportamento de um determinado grupo [...]”.

Pombo (2008, p. 13) propõe, então, uma definição a partir da etimologia dos prefixos que antecedem a palavra “disciplina”. Desse modo, a “pluri” ou “multi” disciplinaridade supõem “[...] o pôr em conjunto, o estabelecer algum tipo de coordenação, numa perspectiva de mero paralelismo de pontos de vista”.

Já a “interdisciplinaridade” é alcançada à medida que se ultrapassa a dimensão do puro paralelismo e da mera coordenação, “[...] e se avança no sentido de uma combinação, de uma convergência, de uma complementaridade [...]” de perspectivas.

2 “[...] ‘disciplinaridade’ significa a exploração científica especializada de determinado domínio homogêneo de estudo [...]” (Japiassu, 1976, p. 72).

Desse modo, adota-se, neste artigo, uma perspectiva da interdisciplinaridade enquanto movimento em curso, que busca estabelecer um modelo de configuração epistemológica do conhecimento que permita o desenvolvimento de um ponto de vista, acerca de um dado objeto, a partir de elementos técnicos e conceituais de diferentes especialidades, buscando, assim, a construção de um campo unitário do conhecimento e a ampliação de perspectivas.

Essa proposta apresenta-se, portanto, como antagonica ao modelo da ciência analítica moderna, no qual se encontra um conhecimento cada vez mais fragmentado, em que as relações entre diferentes disciplinas, quando estabelecidas, ocorrem somente no sentido da coordenação.

Configurações epistemológicas entre a Ciência da Informação e o Direito

Conforme Pinheiro (2018), a primeira representação da configuração epistemológica da Ciência da Informação foi esboçada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ), no ano de 1995 e, posteriormente, aperfeiçoada e publicada, sob o título de *Diagrama da Interdisciplinaridade da Ciência da Informação* (Pinheiro, 1995).

Nessa configuração epistemológica proposta por Pinheiro (2018), não se constatou a existência de relações entre as áreas da Ciência da Informação e do Direito. Somente a partir de um segundo estudo sobre o tema, realizado anos depois, cujos resultados deram origem à segunda configuração epistemológica, publicada em 2007, é que essa relação foi constatada.

A segunda proposta de configuração epistemológica, publicada sob o título de *Núcleo básico de disciplinas, tendências e traços interdisciplinares* (Pinheiro, 2007), foi resultado da análise dos temas de 481 artigos de revisão publicados na *Annual Review for Information Science and Technology* entre os anos de 1996 e 2004. Nesta, o Direito aparece, ao lado de áreas como Administração, Ciência Política, Economia, Estatística, Educação e Ética, correlacionado à Ciência da Informação por intermédio dos seguintes temas: “Política de Informação” e “Formação e Aspectos Profissionais”, ambas, à época, consideradas por Pinheiro (2018) como disciplinas em consolidação.

Uma das constatações também apresentada foi a de que o núcleo disciplinar da Ciência da Informação naquela época estava concentrado, predominantemente, em Sistemas de Informação, com um total de 43 artigos publicados e em Tecnologia da Informação, segundo maior em números absolutos, que concentrava um total de 28 artigos publicados.

Em relação ao conteúdo das disciplinas Políticas de Informação e Aspectos Profissionais, Pinheiro (2007, p. 85-86) aponta que, na primeira, apareceram “tanto os programas e projetos nacionais quanto internacionais, aspectos jurídicos como copyright, questões de democracia e privacidade da informação”; enquanto, na segunda, “estão incluídas questões profissionais, englobando ética, além de educação e treinamentos”.

Silva e Pinheiro (2011, p. 1631) consideram que as políticas de informação são resultado de fenômenos socioculturais, não espontâneos nem gratuitos, cuja definição, no âmbito da Ciência da Informação, varia de acordo com fenômenos históricos e sociais de poder, e propõem uma definição do conceito como o “[...] conjunto de ações e/ou regras para obtenção e/ou direção/ produção/ divulgação e fluxo de informação em um determinado contexto”.

Na perspectiva das políticas públicas de informação, assunto que deriva dos debates sobre políticas de informação, Jardim (2008, p. 7) considera que esse conceito está relacionado ao

[...] conjunto de premissas, decisões e ações, – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos [...] relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Conforme Jardim (2008, p. 4), considera-se que o tema é fundamentalmente abordado na área da Ciência da Informação em virtude da sua contribuição “sobre a informação enquanto fenômeno social”, embora conte com as colaborações de áreas como a Arquivologia, Administração, Direito, História, Sociologia, Informática, Ciência Política, dentre outras.

Os aspectos profissionais, por sua vez, encontram-se frequentemente relacionados às discussões acerca do profissional da informação. Os debates abordam questões como a formação, os paradigmas, o perfil e as habilidades desse profissional, bem como as mudanças ocorridas no mercado.

Almeida Júnior (2017, p. 421), nesse sentido, apresenta uma perspectiva sobre a composição do conjunto chamado de “profissionais da Informação”, em especial aos bibliotecários, arquivistas e museólogos, tema que gera controvérsias entre pesquisadores. Nesse ponto, o autor propõe um entendimento abrangente dos profissionais da informação enquanto todos aqueles “que se interessam e trabalham com a informação, independentemente de sua formação básica” e, após analisar o perfil dos cursos de formação superior em Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, considera que os profissionais da informação têm por fim último a apropriação da informação.

Nessa perspectiva, Rubi e colaboradores (2006, p. 82) consideram que no contexto da chamada Sociedade da Informação, na qual a informação passa ser um insumo indispensável para qualquer atividade, bem como diante da grande quantidade de informações disponibilizadas, o papel desse profissional torna-se indispensável, uma vez que ele é o “[...] profissional capacitado a filtrar informação, organizar, analisar e disseminar [...]”.

Já a configuração epistemológica mais recente, que buscou representar a configuração epistemológica da Ciência da Informação, foi publicada em 2018. O estudo teve como fonte principal uma pesquisa desenvolvida por Pinheiro (2018), publicada na revista Ciência da Informação do Ibiict, a partir da qual foi possível vislumbrar o panorama epistêmico da

área, bem como a pesquisa realizada pela autora para o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação, o qual foi fundamentado em uma classificação da área, com abordagem teórica, fruto de quase 40 anos de estudos.

Nessa terceira configuração epistemológica, denominada de Ciência da Informação, subáreas e áreas interdisciplinares, a Ciência da Informação aparece relacionada ao Direito, juntamente com as áreas de Economia, Comunicação, Biblioteconomia, Sociologia, Ciência da Computação, Ciência Política, Filosofia da Ciência e Filosofia, por meio do Acesso aberto à informação científica; Políticas de informação; Ciência aberta e dados de pesquisa e Ética na informação.

Pinheiro (2018) constata o surgimento de novas subáreas no campo da Ciência da Informação, tais como: Acesso aberto à informação científica e Ciência aberta e dados de pesquisa, as quais “[...] são decorrentes das mudanças de paradigmas na Ciência, sobretudo na relação com a sociedade, e dos avanços e disponibilidade das tecnologias da informação e comunicação [...]” (Pinheiro, 2018, p. 127).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada, quanto à sua abordagem, em qualitativa e quantitativa. Quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como pesquisa de campo do tipo exploratória, por meio da utilização de procedimento exploratório-descritivo para o levantamento e a análise das informações.

A pesquisa de campo, conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 186), corresponde àquela cujo objetivo consiste na obtenção de informações “[...] acerca de um problema para o qual se procura [...] descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Busca-se, assim, analisar esses fatos e fenômenos, “[...] tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes [...]”.

Desse modo, os estudos exploratórios-descritivos combinam os objetivos da pesquisa exploratória, que busca “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 37), com aqueles referentes à pesquisa descritiva, que “[...] pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade [...]” (Triviños, 1987 *apud* Gerhardt; Silveira, 2009, p. 35).

A adoção de tais procedimentos metodológicos deve-se, principalmente, à sua capacidade de comportar “[...] tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto a acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante”, bem como à possibilidade de adoção de procedimentos flexíveis de amostragem de caráter eminentemente representativo sistemático (Marconi; Lakatos, 2003, p. 188).

Desta forma, definem-se como universo de pesquisa os artigos científicos da área da Ciência da Informação que apresentam temáticas relacionadas à área do Direito. Considera-se como critério de relação a presença do termo “direito” seja nos títulos, resumos ou nas palavras-chave dos respectivos trabalhos. Adotou-se como amostra de análise os

artigos publicados na revista *Ciência da Informação* do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), em que foram coletados trabalhos publicados no período de 1993 a 2020.

A coleta de dados foi realizada no período de 13 a 20 de outubro de 2021. Utilizou-se como critério de busca o termo “direito”, por meio da ferramenta de busca disponibilizada no site da revista. Foram identificados 55 artigos, dos quais coletaram-se as seguintes informações: título, autor(es), palavras-chave, ano de publicação e resumo, sendo que em quatro artigos não foram encontrados os resumos e as palavras-chave, deste modo, estes não foram considerados na análise dos resultados.

Para esta pesquisa, optou-se por considerar como critério de análise as palavras-chave presentes nos artigos selecionados, considerando-se que estas representam, além da possibilidade de construção de redes, um importante ponto de referência para a exposição das temáticas e ideias principais e relevantes dentro de determinado estudo, pois, a partir destas, sintetizam-se os significados globais e os temas centrais de um texto.

Como forma de apresentação dos dados levantados na pesquisa de campo, optou-se pela construção de uma rede semântica das palavras-chave, a fim de representar as relações ou inter-relações existentes entre as palavras-chave e os conceitos encontrados. Para tanto, utilizou-se o software *Gephi*, o qual processa as informações por meio de uma planilha com os dados em formato de texto.

Desse modo, para a elaboração da rede semântica, a fim de corrigir variações causadas por fatores linguísticos, utilizou-se, primeiramente, um procedimento manual de formatação dos dados, com a utilização de um vocabulário controlado para a padronização das palavras-chave por meio de regras gerais.

Assim, os acentos gráficos foram retirados. As palavras apresentadas em outro idioma, que não o português, foram mantidas na forma em que foram encontradas, assim como aquelas apresentadas no plural. As letras foram colocadas em formato minúsculo e as palavras de nomes próprios compostos por mais de um termo foram unidas, formando uma única palavra – “ciência da informação”, por exemplo, é representada no gráfico como “cienciadainformacao”.

As redes semânticas referem-se a uma forma de representação gráfica composta por um conjunto de nós ou vértices conectados por meio de arestas ou arcos. Geralmente, são utilizadas para representar, por meio de uma rede de conceitos, as relações de um conjunto de elementos. Assim, cada nó ou vértice representa um objeto e, as arestas ou arcos, as relações existentes entre eles.

Adotou-se como referencial teórico para a interpretação e caracterização dos resultados uma abordagem da análise de redes sociais (ARS), definida por Wasserman e Faust (1994) e Grácio (2018) como sendo o estudo que mensura, descreve e analisa as variáveis relacionais de um conjunto de atores a fim de retratar a estrutura de um grupo.

Utilizam-se, nessa abordagem, determinadas definições e índices para a caracterização e expressão de significados das redes. Os índices utilizados para a análise dos resultados

foram: o grau médio, o diâmetro, o coeficiente de aglomeração, o caminho mínimo médio e a centralidade, a partir dos quais foi possível inferir considerações acerca da importância dos conceitos nas redes, bem como das articulações entre eles.

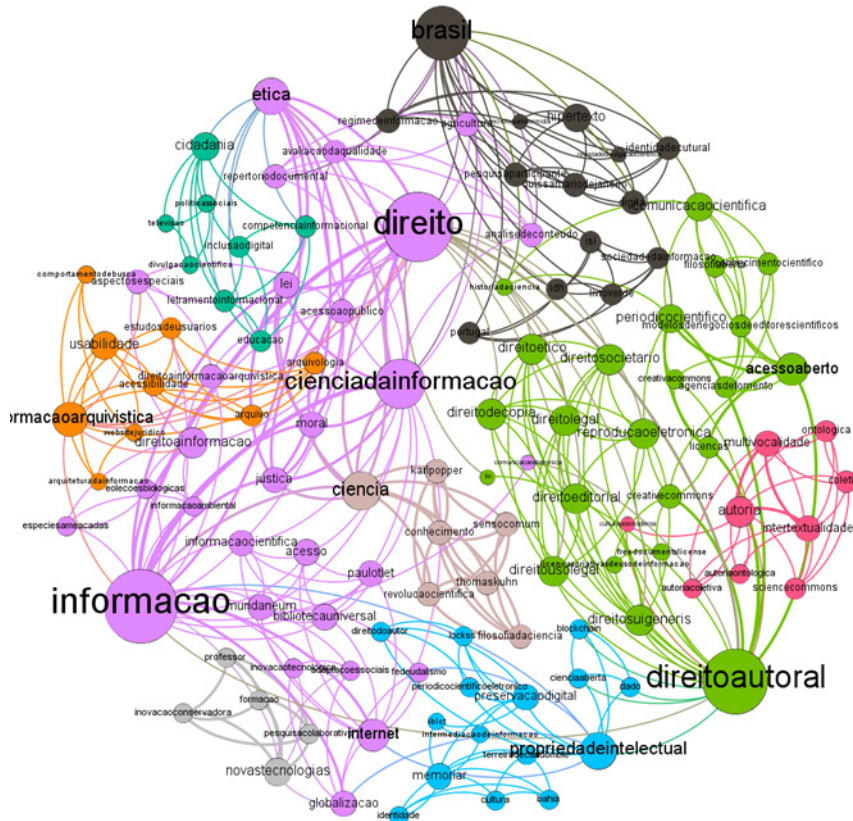
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na **FIGURA 1** apresenta-se o gráfico da rede de títulos construído a partir das palavras-chave dos trabalhos selecionados com a pesquisa de campo. Para a construção do gráfico da rede, a ferramenta estabelece ligações entre as palavras de um mesmo artigo, ligando-as entre si.

A ligação entre palavras de artigos distintos é estabelecida se as palavras ocorrem em ambos. Já o tamanho dos vértices é definido pela quantidade de vezes que a palavra a qual ele representa se repete na rede, ou seja, pelo seu grau. Por isso, as palavras mais frequentes são aquelas cujos vértices são maiores em relação aos outros.

Desse modo, nota-se que os maiores vértices da rede, aqueles que concentram maior grau, são: “direito”; “informacao”; “ciencia”; “cienciainformacao”; “direitoautoral”; “brasil”; “propriedadeintelectual”; “etica”; “informacaoarquivistica” e “internet”.

FIGURA 1 – Rede semântica das palavras-chave



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Utilizou-se o algoritmo de modularidade (*modularity class*) para a identificação do que denominamos comunidades da rede, identificadas pelas cores e divididas conforme o grau de interação entre as palavras.

Constatou-se que a rede é composta por nove comunidades, que foram denominadas segundo os temas que as compõem, resultando-se nos seguintes títulos: Propriedade Intelectual, Identidade, Memória, Preservação, Cultura e Sociedade (cor Azul); Estudos éticos, Informação, Direito e Ciência da Informação (cor Lilás); Direito Autoral, Acesso Aberto e Conhecimento Científico (cor Verde); Sociedade da Informação, Identidade Cultural e Regime de Informação (cor Preto); Cidadania, Inclusão Digital, Educação e Políticas Sociais (cor Verde-jade); Informação Arquivística, Arquitetura da Informação, Acessibilidade e Arquivologia (cor Laranja); Autoria, Intertextualidade e Multivocalidade (cor Rosa); Colaboração, Formação e Tecnologias (cor Cinza) e, por fim, Conhecimento Científico e Revolução Científica (cor Marrom).

A rede semântica foi construída a partir das palavras-chave coletadas de 51 artigos e é formada por 119 vértices e 385 arestas. Apresenta densidade no valor de 0,055. O índice da densidade mede o percentual de relações existentes no grafo, considerando a sua capacidade máxima, ou seja, é o quociente entre as relações existentes e as relações possíveis³ multiplicado por 100: $[D = RE / RP \times 100]$.

O grau médio da rede, corresponde a 6,471. Este pode ser entendido com a média aritmética do número de conexões em cada nó, sendo seu resultado obtido por meio da divisão entre o número de conexões existentes na rede pelo seu número de nós. Apresenta o coeficiente de aglomeração no valor de 0,884. O coeficiente de aglomeração representa a tendência de dois nós vizinhos de um mesmo nó estarem também conectados entre si. Ou seja, mede a probabilidade de que dois nós vizinhos que estão relacionados a um terceiro também se relacionem entre si.

Além disso, a rede possui valores de caminho mínimo médio de 3,435 e de diâmetro oito. O caminho mínimo médio corresponde à média aritmética dos caminhos mínimos médios de cada um de seus nós. O caminho significa o número de nós com que um determinado nó se relaciona até chegar a um outro nó específico. O caminho mínimo ou mais curto, desse modo, é o número mínimo de nós com que um nó X se relaciona até chegar a um nó Y. Já o diâmetro corresponde à distância máxima, isto é, o número máximo de nós existentes entre dois nós.

Na **TABELA 1** são apresentadas as palavras-chave da rede que concentram os maiores percentuais de centralidade. Esse índice corresponde ao percentual de conexões diretas de uma palavra-chave com outras, revelando a sua capacidade de centralização de informação, o que significa que, para que determinados nós se liguem a outros, eles precisam passar por aquele mais central que atua como intermediador da informação.

3 O número de relações possíveis é obtido pela multiplicação do número total de nós por ele mesmo menos um: $[RP = NTN \times (NTN - 1)]$.

TABELA 1 – Centralidade dos vértices de maior grau

Nós/Vértices (conceitos)	Centralidade do nó/vértice (%)
<i>informacao</i>	0,874473
<i>direito</i>	1
<i>direitoautoral</i>	0,693819
<i>brasil</i>	0,423588
<i>cienciadainformacao</i>	0,667657
<i>ciencia</i>	0,448322
<i>propriedadeintelectual</i>	0,282669
<i>etica</i>	0,43001
<i>acessoaberto</i>	0,17399
<i>internet</i>	0,339237

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O índice da centralidade nos possibilita identificar aqueles nós principais da rede, que não são necessariamente os mais frequentes—que possuem maior grau, mas sim aqueles que estabelecem os maiores percentuais de conexões com seus vizinhos. No cálculo da centralidade dos nós, o grau também é levado em consideração, porém ele passa a ser qualificado pelo número de conexões que estabelece com os demais, revelando a sua capacidade de intermediador da informação.

O termo “direito”, por ter sido utilizado como critério de busca na página da revista, é o que concentra maior centralidade na rede, atingindo o coeficiente máximo de centralidade na rede. Do mesmo modo, os termos como “ciencia”, “informacao”, “cienciadainformacao” e “brasil” também se apresentam como centrais pois referem-se à linha editorial da revista analisada.

De outro modo, analisando-se os demais termos, nota-se que, na amostra estudada, os trabalhos da área da Ciência da Informação que mantêm relação temática com a área do Direito abordam com maior frequência temas relacionados ao “direitoautoral”, à “etica”, à “internet”, à “propriedadeintelectual” e ao “acessoaberto”.

O acesso aberto insere-se no contexto do movimento pela ciência aberta, o qual se refere a movimentos sociais nacionais e internacionais que propõem mudanças nas formas de circulação, de compartilhamento e nas condições de produção do conhecimento científico, e cujo objetivo é permitir o acesso livre e gratuito à “[...] literatura científica, disponibilizada por periódicos científicos e repositórios digitais [...]” (Bandeira, 2017, p. 30), sob o argumento de que as pesquisas financiadas com recursos públicos devem estar acessíveis à sociedade que viabilizou sua realização através de impostos (Silva; Alcará, 2009).

Albagli (2015) apresenta uma perspectiva da Ciência Aberta enquanto algo em construção, isto é, como um processo, mobilizador de interesses e pontos de vista distintos, que permite múltiplas interpretações, e propõe uma classificação desse movimento em duas grandes vertentes.

A primeira vertente refere-se ao regime de proteção de direitos de propriedade intelectual, que se relaciona a debates em torno da socialização ou privatização do conhecimento, da informação e da cultura, potencializados “[...] pelo desenvolvimento de sistemas eletrônicos e das plataformas digitais” (Albagli, 2015, p. 12).

A segunda corresponde

[...] à abrangência do próprio significado da ciência aberta”, que alcança a “[...] interlocução da ciência com outros tipos de saberes [...]”, provocando o “abalo de hierarquias, de fontes estabelecidas de autoridade e reputação”, ao propor a superação da “[...] perspectiva de pensar a ciência a partir da sua produtividade intrínseca”., evidenciando as relações entre “saber e poder (Albagli, 2015, p. 9-10).

Isso demonstra uma característica da Ciência da Informação, enquanto área do conhecimento, responsável por pensar sobre a coleta, a produção, a organização, a difusão e o acesso à informação no campo da ciência e da tecnologia.

Com relação ao tema da *ética*, constata-se que esta, relacionada à informação, é responsável por investigar

[...] se as mudanças e a deflação normativa dos ciclos da informação desestabilizam ou ameaçam a legitimidade e as práticas de justificação de algumas das principais expressões dos discursos públicos contemporâneos, como a comunicação científica, a comunicação política e as principais formas de comunicação social, podendo afetar a credibilidade, a confiabilidade e a tomada de decisão em toda e qualquer manifestação da atividade social, inclusive as cotidianas (Gomez, 2020, p. 24).

Essa ética informacional dialoga com outras áreas do conhecimento, como “[...] a Comunicação, a Administração, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, a Antropologia e o Direito [...]” (Gomez, 2020, p. 20).

Ainda sobre esse tema, Gomez (2020, p. 25) considera que “[...] os problemas éticos que têm recebido a atenção dos estudos da informação [...]” decorrem de “[...] mudanças nos modos de produção do conhecimento”, envolvendo questões principais como a “integridade da pesquisa [...]”; o processo de institucionalização de uma ética pública [...] e o complexo sistema de publicação científica [...]”.

Por fim, pode-se considerar ainda que esses temas estão, de certo modo, relacionados ao advento da rede mundial de comunicação, a *Internet*, a qual tem ensejado, frequentemente, discussões relacionadas ao direito autoral e aos direitos de propriedade intelectual, que ocorrem, sobretudo, no âmbito do movimento pela Ciência Aberta, em que são estabelecidos debates sobre a socialização e a privatização do conhecimento científico.

CONCLUSÕES

A análise desenvolvida ao longo deste estudo buscou analisar temas abordados na área da Ciência da Informação que possuem correlação com a área do Direito, com a finalidade de compreender como tais áreas têm se comportado diante do processo cada vez maior de fragmentação do conhecimento decorrente do modelo analítico da ciência contemporânea, que tem como polo antagônico uma perspectiva interdisciplinar de organização e configuração do conhecimento, ainda pouco explorada, mas que tem cada vez mais ganhado espaço nos discursos científicos, tecnológicos e acadêmicos.

Os resultados evidenciam uma potencialidade da Ciência da Informação, enquanto campo do conhecimento, em manter relações interdisciplinares com o Direito, principalmente em aspectos referentes à comunicação científica, à produção e ao acesso à informação.

Vale mencionar também que a proposta metodológica apresentada pode ainda ser aperfeiçoada e vir a se tornar um modelo auxiliar para a investigação das temáticas e das potencialidades interdisciplinares entre outras áreas do conhecimento, o que, de certo modo, justifica o desenvolvimento do trabalho.

Por fim, considera-se que a análise desenvolvida pode ser ampliada tanto em relação ao número de artigos a serem analisados quanto aos termos a serem levantados, tais como: títulos de artigo, periódicos, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Ciência Aberta em questão. *In*: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**, Brasília: Ibict; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. Disponível em: <http://www.cienciaaberta.net/encontro2014/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Formação do profissional da informação: técnicas, tecnologias e mediações. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 421–431, 2017.

BANDEIRA, P. M. **Movimento de acesso aberto no Brasil**: contribuição do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia a partir da implementação do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Orientador: Isa Maria Freire. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 21 nov. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

GOMEZ, M. N. G. Reflexões sobre ética da informação: panorama contemporâneo. *In*: NELIDA, M.; CIANCONI, R. (org.). **Ética da informação**: perspectivas e desafios. Niterói: PPGCI/UFF, 2017. 260 p.

GRÁCIO, M. C. C. Colaboração científica: indicadores relacionais de coautoria. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, [s. l.], v. 12, n. 2, 2018. DOI: 10.36311/1981-1640.2018.v12n2.04.p24. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7976>. Acesso em: 21 nov. 2023.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. 220 p.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *In*: IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 9, 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2008.

JUNIOR, O. A. Formação do profissional da informação: técnicas, tecnologias e mediações. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 22, n. 2, p. 421-431, abr./ jul., 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PINHEIRO, L. V. R. Mutações na Ciência da Informação e reflexos nas mandalas interdisciplinares. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 115-134, set./dez. 2018.

PINHEIRO, L. V. R. Pilares conceituais para mapeamento do território epistemológico da ciência da informação: disciplinaridade, interdisciplinaridade e aplicações. *In*: PINO, V.; CAVALCANTE, L.; NETO, C. (org.). **Ciência da Informação**: abordagens transdisciplinares gêneses e aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2007. 261 p.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, Campus de Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2010. DOI: 10.48075/ri.v10i1.4141. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>. Acesso em: 22 nov. 2023.

RUBI, M. P.; EUCLIDES, M.; SANTOS, J. Profissional da informação: aspectos de formação, atuação profissional e marketing para o mercado de trabalho. **Inf. & Soc.:** Est. João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 79-89, jan./jun. 2006.

SALES, R.; MURGUIA, E. I. Determinações políticas na produção científica da Ciência da Informação do Brasil: impactos da Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do CNPq. **Scire**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 27-34, 2015.

SILVA, T. E.; ALCARÁ, A. R. Acesso aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 100-116, jul./dez. 2009.

SILVA, T. E.; PINHEIRO, M. M. K. Políticas de Informação no âmbito do ENANCIB. *In*: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2011, Brasília, **Anais** [...]. Brasília, 2011. p. 1627-1642.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network**: methods and applications (Structural Analysis in the Social Sciences). Cambridge: Cambridge University Press, 1994. 868 p.